

A imagem de língua no “Diccionario Panhispánico de Dudas”

Daniela Ioná Brianezi (PG – USP)

Analisamos neste trabalho a imagem de língua no *Diccionario Panhispánico de Dudas* (DPD) da *Real Academia Española* (RAE) e *Asociación de Academias de la Lengua Española* (ASALE), sob a ótica da análise do discurso e da História das Ideias Linguísticas. Nessa linha, consideramos o dicionário como instrumento linguístico (Auroux, 1992). Esse trabalho faz parte dos estudos que desenvolvemos no mestrado em língua espanhola pela USP.

O DPD é um dicionário recente, de 2005, o primeiro de dúvidas produzido pela RAE/ASALE. Seu objetivo, como mostrado na seção *Qué es el Diccionario Panhispánico de Dudas*, p. XIII, é dar “respuesta a las dudas más habituales”. As dúvidas tratadas no DPD podem ser de caráter fonológico, ortográfico, morfológico, sintático e lexicosemântico, como pode ser visto em *Qué es el Diccionario Panhispánico de Dudas*, p. XIII.

Os estudos sobre dicionários no Brasil são ainda poucos e recentes, ainda mais se consideramos o campo de dicionários que se referem a uma língua estrangeira, no caso, o espanhol. Nossa análise de um dicionário produzido por uma instituição se baseia na afirmação de Diniz (2012), segundo a qual: “É necessário desfazer a ilusão de literalidade do sentido, deslocando a pergunta “o que a instituição diz” para “como ela diz”.

Deste modo começamos a pensar como a instituição trata a língua na materialidade do dicionário. O que primeiro nos chama a atenção é a sua denominação, *Diccionario Panhispánico de Dudas*, na qual há um silenciamento de designação “espanhol” em preferência ao termo “panhispánico”, ao contrário de outros dicionários de dúvidas que se trazem esta marca em seus títulos, como o *Diccionario de Dudas y Dificultades de la Lengua Española*, de Manuel Seco, ou o *Diccionario de Usos y Dudas del Español Actual* de José Martínez de Sousa; já em outros, aparecem outras formas de referência: *Diccionario Gramatical y de Dudas del idioma*, de Emilio M. Martínez Amador e o *Diccionario Sopena de Dudas y Dificultades del Idioma* mas que de alguma forma também especificam a língua, ou “o idioma”.

Por sua vez, o termo “panhispánico” nos remete ao título do dicionário de Juan Peñalver, de 1842, o *Panléxico: Diccionario Universal de la Lengua Castellana*, no qual a língua, ao contrario do que observamos no do DPD, aparece especificada. Porém, consideramos interessante marcar a presença do prefixo “pan” e observar que o sintagma nominal do subtítulo parece retomar e rescrever em relação de co-referência, o termo “Panléxico”, significando o sentido deste como “universal”.

Recorremos ao Diccionario de la Lengua Española (DRAE), em sua vigésima segunda edição para mostrar o funcionamento do termo “panhispánico”, mas, sob influência do título do dicionário de Peñalver, decidimos confrontar o prefixo “pan” e o lexema “hispánico”:

pan-

(Del pref. gr. παν-).

1. elem. compos. Significa ‘totalidad’. *Panteísmo*.

O termo “pan” não traz nenhuma surpresa, mas marca o título colocando o dicionário em um lugar de abrangência de todo o âmbito hispânico, cuja entrada no DRAE trazemos no quadro a seguir:

hispánico, ca.

(Del lat. *Hispanicus*).

1. adj. Pertenciente o relativo a España.

2. adj. Pertenciente o relativo a la antigua Hispania o a los pueblos que formaron parte de ella y a los que nacieron de estos pueblos en época posterior.

3. adj. Pertenciente o relativo a la lengua y la cultura españolas. *Dialectalismo hispánico. Tradición hispánica.*

□ V.

[latín hispánico](#)

**Artículo enmendado.
Avance de la vigésima tercera edición**

hispanico, ca.

(Del lat. *Hispanicus*).

1. adj. Pertenciente o relativo a la antigua Hispania o a los pueblos que formaron parte de ella.

2. adj. Pertenciente o relativo a España y a los países y culturas de habla española.

□ V.

[latín hispanico](#)

Na consulta do verbete “hipánico”, nos chama a atenção primeiramente o fato de que, no seu corpo, estão previstas mudanças para a próxima edição, havendo na consulta online do dicionário uma espécie de botão vermelho com os dizeres “artículo enmendado”. Assim, consultamos os dois verbetes disponíveis. Ao ler os enunciados definidores, percebemos que no DRAE a aceção 1 nada traz relativo à totalidade de países que falam a língua espanhola, mas só se refere à Espanha, o que contradiz o próprio termo “panhispánico”. Neste sentido cabe destacar que nas mudanças esse vocábulo é submetido a uma ampliação, pois de fato há uma exclusão dessa aceção e uma alteração na ordem dos enunciados definidores, a segunda aceção passa a ser a primeira, e vice-versa. Desta forma, no verbete previsto para a próxima edição do DRAE, prometida para 2014, o enunciado definidor da primeira aceção se refere ao passado da Península Ibérica, dando um caráter histórico ao verbete. Já a segunda aceção, agora reformulada, inclui os países e culturas que falam espanhol, mas em “a España y a los países y culturas de habla española”, o destaque dado à Espanha cria uma dicotomia e uma contradição, pois “los países y culturas de habla española” deveriam incluir a Espanha, e não isolá-la como acontece nesta aceção do verbete.

Passamos agora a analisar como é construída a imagem de língua no paratexto (GENETTE, 2009, p. 9-11) do DPD, pensando no conceito de língua, que, de acordo com a análise do discurso, “não trabalha com a oposição língua/fala, mas com a relação língua-discurso. E considera a língua como condição base do desenvolvimento do processo discursivo. Trabalha com a língua em funcionamento” (ORLANDI, 2009, p.17).

No nosso caso estudamos o funcionamento da língua no dicionário, e como o discurso sobre a língua dentro dele pode significar. Segundo Nunes (2007, p.167), “A língua do dicionário é uma língua imaginária, construída de acordo com determinados objetivos e recortes do dicionarista. Nem por isso ela deixa de ter sua eficácia, funcionando nos processos de constituição dos sujeitos na relação com a língua nacional.”

Trazemos uma formulação da primeira sessão do DPD, *Presentación*, ps. XI-XII:

sdDPD.1¹: [...] y donde las academias pudiesen al mismo tiempo, adelantarse a ofrecer recomendaciones sobre los *procesos que está experimentando el español en este mismo momento*, en especial en lo que atañe a la adopción de neologismos y extranjerismos, *para que todo ello ocurra dentro de los moldes propios de nuestra lengua y, sobre todo, de forma unitaria en todo el ámbito hispánico*. (destaque nosso).

Aqui destacamos dois pontos, o primeiro chama a atenção por explicitar que a língua espanhola está passando por processos que parecem se referir a modificações sofridas por ela, e que a academia se preocupa especialmente com os neologismos e os estrangeirismos. Já o segundo ponto destacado por nós traz a tona o papel regulador do dicionário, que teria a intenção de manter a língua unitária de modo a usar seus “moldes propios” indicando que a língua os possui e a instituição tem os recursos necessários para mostrar quais seriam eles. Ainda mais, situa a instituição e o falante da língua num mesmo patamar com o adjetivo possessivo “nuestra”, em um movimento de apagar seu papel normatizador, pois aqui a língua aparece como “nossa”, diferentemente de outros momentos do DPD.

Há ainda nesta formulação a localização do espaço de enunciação deste dicionário, “todo el ámbito hispánico”, que remete à designação “Panhispanico” do título, e é trazido de volta na próxima formulação que analisamos, ainda nesta mesma sessão (DPD, p. XII):

sdDPD.2: *El carácter panhispánico* de este nuevo diccionario viene determinado tanto por su contenido – y, específicamente, por *la consideración de las variantes regionales* – como por su autoría. (destaque nosso).

Aqui também é possível observar a língua em seu desdobramento, “las variantes regionales” contradizendo a afirmação anterior de língua passível de ser mantida unitária em todo o âmbito hispânico, mas, por se tratarem de “variantes” e não a língua unitária almejada, elas serão consideradas, mas não se explicita se e o quanto dessas variantes estariam incluídas na nomenclatura do dicionário.

O desejo de manter um imaginário de língua unitária reaparece nas duas próximas formulações (DPD, p. XII):

1 Esclarecemos que a abreviatura “sd” corresponde a “sequência discursiva”, cf Courtine (2009, p. 55) e o que indicamos imediatamente depois é a fonte de onde foram recortadas. Por exemplo, neste primeiro caso, ao registrar “sdDPD”, queremos dizer que esta sequência foi retirada Dicionario Panhispánico de Dudas. Em seguida à classificação da sd, teremos um ponto e um número identificador que inicia em 1 a cada diferente fonte.

sdDPD.3: Se propone el Diccionario panhispánico de dudas aclarar la norma establecida y atender a la vez a lo que algunos lingüistas llaman “norma en realización”; de ahí que oriente también sobre lo no fijado y formule propuestas guiadas por la prudencia y *el ideal de unidad lingüística*. (destaque nosso).

sdDPD.4: Todo ello es hoy realidad gracias al generoso mecenazgo de Telefónica, que, en sintonía con su identidad de empresa de comunicación especialmente asentada en el mundo hispanohablante, vio en este proyecto *un instrumento eficaz para reforzar la unidad del idioma* y el complemento indispensable del servicio de “Español al día”, de la Real Academia Española, que con su ayuda hace también posible. (destaque nosso).

A ocorrência do vocábulo “ideal” em “el ideal de unidad lingüística” dá margem a algumas interpretações, podendo significar tanto algo a ser conseguido mas ainda não realizado, ou ainda algo perfeito. Além disso, o DPD entraria na política de línguas (ORLANDI, 2007, p.8) da RAE com relação ao espanhol, quando este é colocado como “un instrumento eficaz para reforzar la unidad del idioma” e não somente como um dicionário com intenção de tirar as dúvidas de falantes da língua espanhola revelando um objetivo a mais da instituição ao publicar um novo dicionário de dúvidas. É relevante ainda notar que se coloca a “Telefónica”, empresa privada que patrocinou o dicionário como interessada também em manter a unidade da língua espanhola, pelo fato de ser uma empresa de comunicação.

A sequência discursiva seguinte traz mais duas características atribuídas à língua espanhola. Por um lado, é passível de ser dominada, por outro, suscita dúvidas, às quais se “da respuesta”, ou seja, a resposta é oferecida aos usuários (DPD, p.XIII):

sdDPD.5: El diccionario panhispánico de dudas se propone servir de *instrumento eficaz* para todas aquellas personas interesadas en mejorar su conocimiento y *dominio de la lengua española*. En él se *da respuesta* a las dudas más habituales que plantea el uso del español en cada uno de los planos o niveles que pueden distinguirse en el análisis de los elementos lingüísticos.

Além disso, a presente formulação retoma a ideia de que o dicionário é um “instrumento eficaz”, como em sdDPD.15, o que nos leva a perceber a conexão entre a sequência anterior e a presente. Primeiramente, o dicionário é colocado como instrumento eficaz para manter a língua unida, e não instrumento para que seus usuários possam sanar suas dúvidas e posteriormente coloca a possibilidade de dominá-la, o que só é possível no campo do imaginário, pois na realidade os sujeitos não dominam língua alguma, o real da língua (MILNER,1980) irrompe e tal possibilidade se desfaz.

A próxima sequência discursiva encontra-se no item *Qué es el Diccionario Panhispánico de Dudas*, subitem *La norma culta* (p. XIV):

sdDPD.6: Por su carácter de *lengua supranacional, hablada en más de veinte países, el español* constituye, en realidad, *un conjunto de normas diversas*, que comparten, no obstante, una amplia *base común*: la que se manifiesta en la *expresión culta de nivel formal, extraordinariamente homogénea en todo el ámbito hispánico*, con variaciones mínimas entre las diferentes zonas, casi siempre de tipo fónico y léxico. Es por ello la expresión culta formal la que constituye el *español estándar*: *la lengua que todos empleamos, o aspiramos a emplear, cuando sentimos la necesidad de expresarnos con corrección; la lengua que se enseña en las escuelas*; la que, con mayor o menor acierto, utilizamos al hablar en público o emplean los medios de comunicación; la lengua de los ensayos y de los libros científicos y técnicos. Es, en definitiva, *la que configura la norma, el código compartido* que hace posible que *hispanohablantes de muy distintas procedencias se entiendan sin dificultad y se reconozcan miembros de una misma comunidad lingüística*. (itálico nosso, sublinhado dos autores).

Aqui, a consideração das “variantes regionais” é deixada de lado, admitindo-se que “el español constituye, en realidad, un conjunto de normas diversas”, embora argumente que há um “español estándar”, língua esta “correta” e que “aspiramos”, voltando a colocar-se novamente o sujeito “nós” indicando que o autor está em igualdade com o usuário do dicionário novamente numa tentativa de aproximação com o usuário, interpelando-o a entrar de acordo com as ideias apresentadas no DPD pois elas estão vindo não como uma imposição da academia, mas de um sujeito que também se coloca como em dificuldade com a língua, já que também “aspira” usá-la “corretamente”. Em seguida argumenta que é este “español estándar” o que configura a norma e permite que falantes de espanhol de diferentes partes do mundo se entendam e, ainda mais, se reconheçam como membros de uma “misma comunidade lingüística” deixando de lado aqui as diferenças das “variantes regionales”, ou o “conjunto de normas diversas”.

Trazemos mais um trecho, ainda da sessão *Qué es el Diccionario Panispánico de Dudas*, subitem *Tratamiento de las variedades lingüísticas* (p. XVI), pois justamente aí ocorrem as denominações “norma española” e “norma americana”, marcas que até o momento não tinham aparecido no DPD:

sdDPD.7: Por la misma razón, *se reconocen*, cuando existen, *las divergencias entre la norma española y la norma americana*, o entre la norma de un determinado país o conjunto de países y la que *rige* en el resto del ámbito hispánico, *considerando en pie de igualdad y plenamente legítimos los diferentes usos regionales*, a condición de que

estén generalizados entre los *hablantes cultos* de su área y *no supongan una ruptura del sistema de la lengua que ponga en riesgo su unidad*.

Esta sequência apresenta a dicotomia norma espanhola / norma americana e afirma que há uma só norma que “rige” a língua. Tenta amenizar o fato de apresentá-la como “una” sustentando que considera as outras variantes, desde que estas não quebrem “o” sistema da língua, o que colocaria em risco sua “unidade”.

Passamos agora a analisar alguns vocábulos da nomenclatura do dicionário, a fim de mostrar como funciona a língua na estrutura dos verbetes. Esclarecemos que tomamos verbetes significativos da letra “L” por fazerem parte de nossa pesquisa de mestrado. O primeiro caso que trazemos é o de um topônimo, La Goleta:

sdDPD.8: **La Goleta**. Nombre tradicional español de esta ciudad de Túnez: «*Estuvieron cuatro días fondeados en La Goleta, antepuerto de Túnez*» (Faner Flor [Esp. 1986]). No debe usarse en español la forma francesa *La Goulette*. (itálico do autor, sublinhado nosso).

Aqui vemos a expressão “nombre tradicional”, e há uma especificação (referida à língua), “espanhol”. O que se produz com a característica “tradicional” é o efeito de sentido “de longevidade de uso”, o que funciona a favor da direção do dizer que aí se instala: usar esta forma e não a outra, que não dever ser usada. Há um deôntico, mas que aqui aparece em negativa, com uma proibição explícita do termo em sua grafia em francês, *La Goulette*. O uso de “no se debe” traz consigo o discurso-outro, uma outra posição sujeito que admitiria o uso do vocábulo em francês, mostrando uma relação de forças entre formas de dizer no discurso do DPD. Cabe observar a aparição do deítico “esta”, que num movimento anafórico retoma a cidade, criando uma circularidade com a palavra-entrada em espanhol “La Goleta”, reforçando a necessidade de apenas fazer a referência a essa cidade pelo vocábulo em espanhol. O fato da “preferência” pelo topônimo em espanhol pode ser explicado pela história, pois é essa exterioridade a que está distribuindo (incluindo e excluindo) o que pode e deve ser dito, na materialidade do texto. “La Goleta” foi conquistada pelo rei Espanhol Carlos V em 1535, mas em 1574 foi tomada pelos otomanos. Em 1881, a cidade foi anexada à França e só tornou-se independente em 1956. Sua língua oficial é o árabe, mas o francês continua sendo usado como língua do comércio.

Em caráter de comparação analisamos agora “La Coruña”:

sdDPD.9: **La Coruña.** Nombre tradicional en lengua castellana de la provincia y ciudad de Galicia cuyo nombre en gallego es *A Coruña*. Salvo en textos oficiales, donde es preceptivo usar el topónimo gallego como único nombre oficial aprobado por las Cortes españolas, en textos escritos en castellano debe emplearse el topónimo castellano. El gentilicio es *coruñés*. (sublinhado nosso, itálico e negrito do DPD).

O que temos aqui é novamente a especificação “tradicional”, mas agora o nome da língua é outro, “lengua castellana” em oposição ao “Gallego”. Funciona afetado por uma restrição, a iniciada por “(s)alvo en”, na qual se prescreve até onde pode aparecer o topônimo em galego. Nesses enunciados, de fato, encontramos indícios das “relações de línguas”, no “espaço de enunciação” (Guimarães, 2005) delimitado pelo Estado nacional espanhol. Nesse sentido, confirma-se o nome em língua “castellana”, especificando-o como tradicional e, imediatamente, prescreve-se, com alto grau de determinação, sobre quais são os contextos nos quais pode aparecer o topônimo em galego.

Além disso, a irrupção do enunciado deôntico (marcada por “debe emplearse”) mostra a tensão gerada pela delimitação no recorte feito pelo Estado, já que em “textos oficiales”, e somente neles, se usa o galego, uma das línguas oficiais da Espanha, apesar da falta de especificação encontrada na constituição de 1978², que designa somente o “castellano” como língua do Estado espanhol e prevê que as comunidades autônomas têm direito às suas respectivas línguas.

Inferimos aqui que o silenciamento do nome da língua no título acaba por mascarar a conflituosa denominação dada à língua, em La Goleta, espanhol, e em La Coruña, castelano. Por se tratar de um topônimo de uma região da Espanha onde a língua predominante é o Galego, percebemos a concorrência das línguas no Estado Espanhol. Não caberia ter trazido em seu verbete a língua como “espanhola”, já que o Galego também poderia ser considerado uma língua espanhola, por ser falado na Espanha. Aparecem assim contradições históricas que evidenciam conflitos internos e o papel prescriptivo do dicionário, que privilegia uma e não outra grafia da palavra, sendo este fato uma clara tomada de posição.

Outra maneira de tomada de posição aparece nos verbetes que operam “por remissão”, ou seja, após a palavra entrada há somente um lexema ao qual justamente

2 O artigo 3 da constituição espanhola enuncia: “1. El castellano es la lengua española oficial del Estado. Todos los españoles tienen el deber de conocerla y el derecho a usarla. 2. Las demás lenguas españolas serán también oficiales en las respectivas Comunidades Autónomas de acuerdo con sus Estatutos.” Disponível em: http://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/constitucion.tp.html

se reenvia. Isto quer dizer que para consultar o verbete que procurou, o consulente deve ir à palavra remetida. É o caso de “lagaña” que remete à “legaña”:

sdDPD.10: **lagaña.** → [legaña.](#)

Com relação a este funcionamento, interpretamos que opera subordinando o lexema consultado àquele ao qual se remete, apontando este último como o recomendado, o que seria o mesmo que ocorre no DRAE, somente que esse funcionamento – que no DPD aparece de modo implícito – é explícito num dos textos que constituem o paratexto do DRAE, na versão online, em “Advertencias para el uso de este diccionario”, item “Manejo del diccionario”, subitem “Variantes Preferidas” (<http://lema.rae.es/drae/>):

Quando las variantes admitidas no pueden figurar en un mismo artículo por exigencias del orden alfabético, la preferida por la Academia es la que lleva la definición directa; las aceptadas, pero no preferidas, se definen mediante remisión (v. § 6.2.2) a aquella.

Então, somente quando consulta o verbete “legaña” o usuário encontra um resultado para sua busca:

sdDPD.11: **legaña.** ‘Líquido graso que segregan la mucosa y las glándulas de los párpados’. Esta es la forma preferida hoy en el habla culta de casi todo el ámbito hispánico, aunque en algunos países de América convive en el nivel culto con la variante lagaña o, como en Costa Rica, es esta la única forma usada: «Entre *legañas* vio la silueta acercarse a su cama» (Aguilar Error [Méx. 1995]); «Luego de afeitarlo, *removía con un paño tibio las lagañas*» (Ducoudray Ojos [C. Rica 1992]).

Vemos novamente como os enunciados deste lexema trabalham o imaginário para “convencer” o sujeito a usar este e não aquele vocábulo, explicitando que “legaña” faz parte da língua culta e que “convive” com “lagaña”, isto é, “tolera” esta forma, apesar de não ser a preferida.

Esta imagem que vem sendo construída ao longo de nossas análises pressupõe uma língua ideal, correta e unitária, ou seja, uma língua imaginária, como define Orlandi (2009, p.18):

A língua imaginária é a língua sistema, a que os analistas fixam em suas regras e fórmulas, em suas sistematizações, são artefatos (simulacros) que os analistas de linguagem tem produzido ao longo de sua história e que impregnam o imaginário dos sujeitos na sua relação com a língua.

Esta tentativa a todo custo de “unidade” não leva em conta a heterogeneidade constitutiva da língua, a noção de língua como una e sem falhas é ilusória, como afirmam Authier Revuz (1998, p.166) e Mariani(2000, p.05). Podemos também citar Ghiraldelo (2003:58) que vai além e afirma: “A língua oficial é uma língua imaginada porque não existe enquanto manifestação concreta.”

O que temos como materialização da língua é, portanto, a língua fluída, assim definida por Orlandi (2009, p.18):

A língua fluída, por seu lado, é a língua movimento, mudança contínua, a que não pode ser contida em arcabouços e fórmulas, não se deixa mobilizar, a que vai além das normas. A que podemos observar quando focalizamos os processos discursivos, através da história de constituição das formas e sentidos, nas condições de sua produção, na sociedade e na história, afetada pela ideologia e pelo inconsciente. A que não tem limites. Fluida.

Pensando a língua como fluída, levamos em consideração sua heterogeneidade discursiva e Derrida (2001, p.20), nos dá uma pequena reflexão do que isso pode querer dizer: “não se fala nunca uma única língua – ou antes – não há idioma puro”, pois “ A ideologia é um ritual com falhas e, como dissemos, a língua não funciona fechada sobre si mesma, ela se abre para o equívoco.” (Orlandi, 2008, p. 103).

Referências

- AUROUX, Sylvain (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- AUTHIER-REVUZ, J. (1998). *Palavras incertas. As não coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- DERRIDA, J. (2001). *O monolinguismo do outro ou a prótese da origem*. Tradução: Fernanda Bernardo. Porto, Portugal: Campo das letras.
- DINIZ, Leandro Rodrigues Alves (2012). *Política linguística do Estado brasileiro na Contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior*. Tese (doutorado). Campinas, SP: - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.
- GENETTE, G. (2009). *Paratextos Editoriais*. Tradução: Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.
- GHIRALDELO, C. M. (2003). *As representações de língua portuguesa e as formas de subjetivação*. In: *Identidade e discurso: (des)construindo subjetividades*. Chapecó, Campinas: Argos/Ed. Unicamp.

- GUIMARÃES, Eduardo (2005). *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2a. edição.
- MARIANI, B.S.C. (2000). Sujeito e Sentido: Efeitos de Linguagem. In: *Anais do XIII Encontro Nacional da Anpoll, 2000*. Campinas: Síntese Anpoll. (1999). Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- MILNER, Jean-Claude (1980). *El amor por la lengua*. México, D.F.: Nueva Imagen.
- NUNES, José Horta (2007). Um espaço ético para pensar os instrumentos linguísticos: o caso do dicionário. In: ORLANDI, E.P. (org.). *Política lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes. p. 163-181.
- ORLANDI, Eni P. (2007). Apresentação. Há palavras que mudam de sentido, outras... demoram mais. In: _____ (org.). *Política lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007. p. 7-10.
- _____(2008). *Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 3a. Edição.
- _____(2009) *Língua Brasileira e Outras Histórias*. Discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas, SP: Editora RG, 2009.

Dicionários:

- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (2001). *Diccionario de la lengua española*. 22a. ed., Madrid: Espasa-Calpe. Disponível também em: <<http://www.rae.es>>.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (2005). *Diccionario panhispánico de dudas*. 1ª ed., Madrid: Santillana, 2005. Disponível também em:<<http://buscon.rae.es/dpdI/>>.